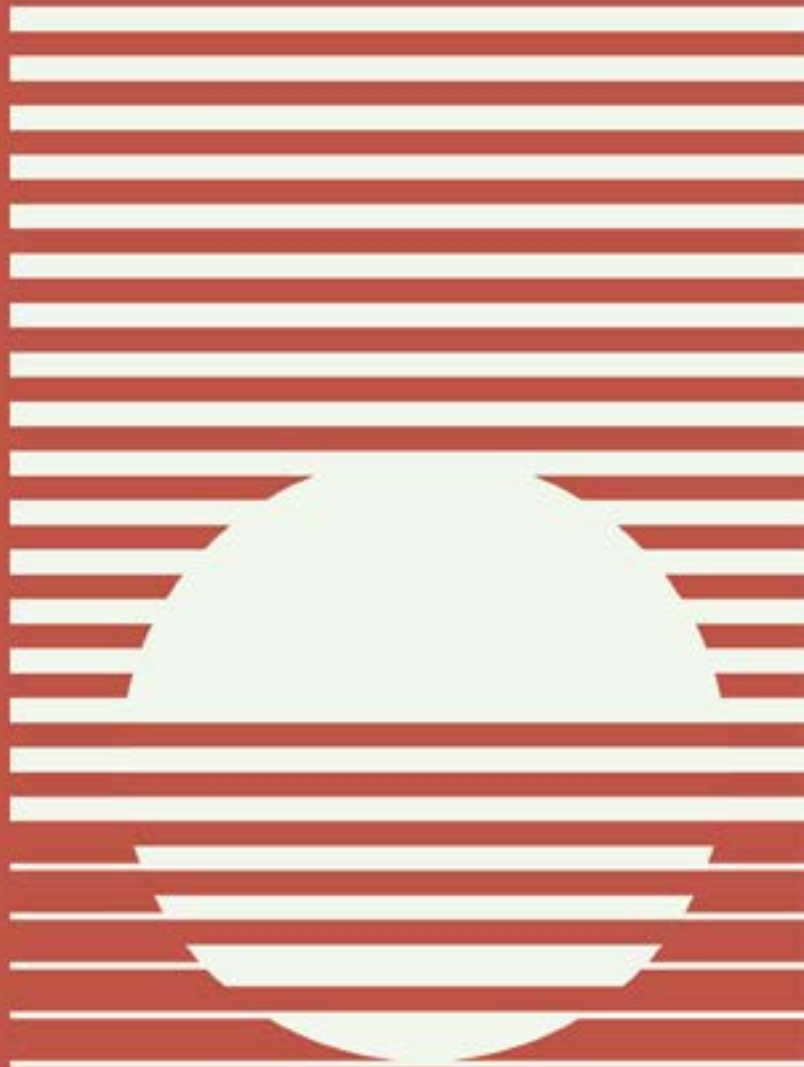


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



09
2021



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Giovanna Lucio Monteiro

Editora Adjunta: Beatriz Maciel Pontes

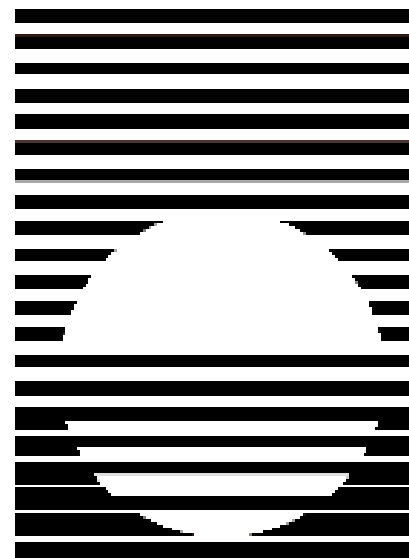
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, María del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editória de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Salice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Beatriz Santos, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Julia Aroni, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nathan Oliveira, Nicolli Bernardes Ribeiro, Pedro Lange Netto Machado, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Discurso de Bolsonaro na ONU gera repercussão internacional

Manifestações de 7 de Setembro preocupam atores internacionais

Senado brasileiro aprova Tratado de Livre Comércio com o Chile

Página 05

Detenções no México chamam a atenção para o aumento da emigração brasileira

México defende suspensão do embargo estadunidense a Cuba na ONU

Página 06

Chile anuncia doação de vacinas e negocia acordos com Paraguai

Eleições primárias evidenciam crise política na Argentina

Página 07

Greves desafiam o governo uruguaio

Posição do presidente do Uruguai na CELAC repercute no Parlamento

Novas rodadas de negociações entre governo e oposição da Venezuela ocorrem em meio a preparativos para eleições regionais em novembro

Página 08

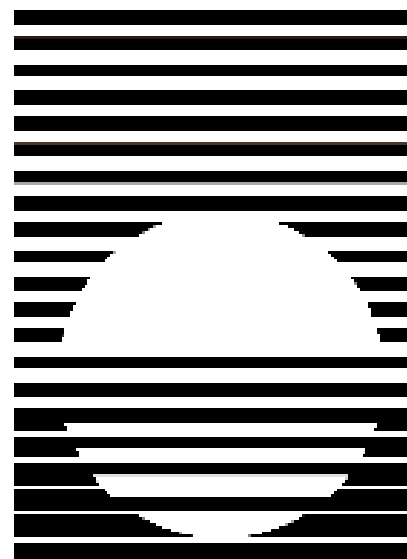
Bolívia responde a memorando dos EUA que a acusa de descumprir acordos internacionais sobre tráfico de drogas

Peru restabelece relações diplomáticas com República Árabe Saaraui Democrática

Página 09

Pela primeira vez, duas militantes LGBTQIA+ de Honduras integram lista das 100 pessoas mais influentes da Revista TIME

América Latina é a região mais perigosa para ativistas ambientais



Página 10

Índia anuncia vacina contra a COVID-19

Índia e África do Sul reagem ao sistema de classificação de países sanitariamente seguros do Reino Unido

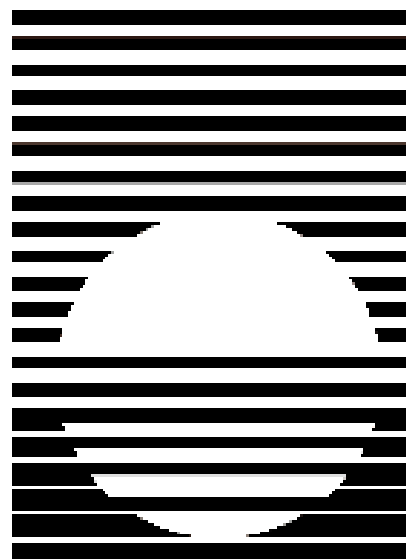
Página 11

13ª Cúpula do BRICS reforça a importância do fortalecimento intrabloco

A vida das mulheres e meninas que permaneceram no Afeganistão após a retirada das tropas estadunidenses

Página 12

Saúde mental de meninas e mulheres foi mais afetada durante a pandemia



Discurso de Bolsonaro na ONU gera repercussão internacional

No dia 21 de setembro de 2021, o discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 76a Sessão da Assembleia Geral da ONU repercutiu amplamente nos principais veículos internacionais de comunicação. O estadunidense *The New York Times* enfatizou a apologia feita pelo mandatário brasileiro a medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento da pandemia de COVID-19, liderando, assim, “uma das respostas mais criticadas do mundo à pandemia”. O jornal destacou, ainda, a decisão de Bolsonaro de viajar aos EUA sem ter tomado vacina, mencionando situações “constrangedoras”, como o encontro do presidente com Boris Johnson, em que o brasileiro disse ao britânico, aos risos, não ter tomado a vacina. O *The Washington Post* definiu o discurso de Bolsonaro como “provocantemente constrangedor” e ponderou que, ao não estar imunizado, Bolsonaro parecia ter quebrado regras da ONU, acordadas em um “sistema de honra” e que pediam que todos aqueles que fossem entrar na sala da Assembleia Geral fossem totalmente vacinados. Já a CNN argumentou que o presidente brasileiro apresentou uma versão muito diferente do país devastado pelo coronavírus” e “fustigado pelos incêndios na Amazônia”. O jornal britânico *The Guardian* lembrou que Bolsonaro se mostrou uma “figura controvertida” ao longo da pandemia global, “minimizando os impactos do vírus e recusando-se desafiadoramente a ser vacinado”. O jornal português *Diário de Notícias* chamou a fala de Bolsonaro de “discurso radical” e avaliou que o presidente brasileiro tentou agradar, “sobretudo, à sua base de apoio interna”. O argentino *Clarín* apontou o “negacionismo evidente” de Bolsonaro. A presença e o discurso de Bolsonaro na ONU também foram criticadas pelo prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio, e por organizações não-governamentais, como Greenpeace, Human Rights Watch, Anistia Internacional, dentre outras.

Fontes: [O Globo](#), 20/09/2021; [BBC](#), 21/09/2021; [G1](#), 21/09/2021; [Folha](#), 21/09/2021; [Folha](#), 22/09/2021.

Manifestações de 7 de Setembro preocupam atores internacionais

O mês de setembro, no Brasil, se iniciou com os preparativos e com a posterior repercussão nacional e internacional dos protestos em apoio ao presidente Jair Bolsonaro, que marcaram o Dia da Independência. Todavia, a percepção de atores internacionais foi de preocupação com uma possível escalada autoritária que poderia decorrer do evento. No dia 4 de setem-

bro de 2021, a Alta Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, citou o Brasil entre os 40 países considerados preocupantes no tocante aos direitos humanos. No dia 6, véspera das manifestações, 150 ex-presidentes e parlamentares de 26 países divulgaram uma carta alertando as lideranças mundiais para os riscos à democracia brasileira nos quais poderiam incorrer os atos convocados por Bolsonaro, classificados por eles como insurreições antidemocráticas. Após a repercussão do evento, entretanto, o chefe do Executivo apresentou um discurso mais brando e conciliatório. Na reunião virtual de líderes dos BRICS, ocorrida no dia 9, após ter, por diversas vezes, deixado clara sua hostilidade ao governo chinês, Bolsonaro declarou que a parceria com a China é essencial para a gestão da pandemia. A declaração aconteceu uma semana antes do atentado ocorrido contra o consulado chinês no Rio de Janeiro, no dia 16. O recuo retórico de Bolsonaro, contudo, não convenceu uma série de atores nacionais e internacionais. No dia 15 de setembro, Dia Internacional da Democracia, a organização Human Rights Watch afirmou que o presidente brasileiro ameaça os pilares da democracia com sua conduta.

Fontes: [O Povo](#), 06/09/2021; [Estadão](#), 07/09/2021; [G1](#), 09/09/2021; [UOL](#), 13/09/2021; [HRW](#), 15/09/2021.

Senado brasileiro aprova Tratado de Livre Comércio com o Chile

No dia 28 de setembro de 2021, o senado brasileiro aprovou o Tratado de Livre Comércio com o Chile. O acordo, que complementa o pacto já firmado entre o Chile e os países do MERCOSUL, regula temas atuais como telecomunicações, comércio eletrônico, comércio de serviços, além de abordar questões como gênero, meio ambiente e relações laborais. Entre as principais medidas do tratado estão o fim do roaming internacional entre os 2 países; o acesso das pequenas e médias empresas chilenas - pymes - ao mercado brasileiro de compras públicas em condições igualitárias, entre outras. O acordo, que também já foi aprovado pelo senado do Chile em agosto de 2020, será promulgado pelo presidente do Parlamento brasileiro, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na forma de decreto legislativo. Para o senador brasileiro e relator do texto, Nelsinho Trad (PDS-MS), a aprovação do tratado é uma boa oportunidade para aproximar

o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico e potencializar as exportações entre Brasil e Chile. A presidente da Comissão de Relações Exteriores, senadora Kátia Abreu (PP-TO), também se manifestou sobre assunto, afirmando que “quando o país se abre, os ganhos são extraordinários”. Do lado chileno, o novo pacto comercial também foi celebrado.

Fontes: [La Tercera](#), 11/08/2020; [Senado](#), 28/09/2021; [Poder 360](#), 29/09/2021, [El Mercurio](#), 29/09/2021.

Detenções no México chamam a atenção para o aumento da emigração brasileira

No dia 16 de setembro de 2021, um grupo de 140 brasileiros foi detido na fronteira do México com os EUA enquanto tentavam atravessar para o estado do Arizona. De acordo com os dados divulgados pelo órgão de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA, cerca de 46 mil brasileiros foram detidos tentando atravessar do México para os EUA entre outubro de 2020 e início de setembro de 2021. Esse número significa que, no período correspondente, seis vezes mais brasileiros foram barrados nesta fronteira se comparado com o período de 2019-2020. Por um lado, esse aumento de brasileiros tentando ingressar nos EUA é reflexo do crescimento do fluxo de brasileiros deixando o país nos últimos anos. Segundo dados divulgados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), no mês de julho de 2021, o número de brasileiros saindo do país subiu 15% e bateu novo recorde, ultrapassando os 4,2 milhões vivendo fora do país. Ainda de acordo com o MRE, além dos EUA, os destinos principais de brasileiros são Portugal, Paraguai, Reino Unido, Japão e Itália, respectivamente. Os dados são referentes ao ano de 2020, mas apontam para uma tendência de alta para os próximos anos. Por outro lado, o aumento de brasileiros detidos na fronteira do México é também reflexo do endurecimento das medidas de restrição de fronteiras por parte do governo mexicano. No dia 5 de setembro, o país bloqueou o acesso de uma caravana com cerca de 400 imigrantes de diferentes nacionalidades - entre eles salvadorenos, hondurenos, guatemaltecos, haitianos e venezuelanos -, e prendeu cerca de 80 pessoas. Ativistas e agentes da ONU denunciaram a operação coordenada pelo governo mexicano por uso excessivo da força. Em resposta à adoção de bloqueios pelo Governo do México, um grupo de imigrantes iniciou uma greve de fome e fechou uma

via na cidade de Altamira, com o intuito de impedir a detenção de outros imigrantes. Além dos casos de bloqueio de caravanas, detenções e deportações, o mês de setembro também foi marcado pela morte de uma imigrante brasileira de 49 anos, encontrada no dia 15 de setembro, após passar dias com fome e sede no deserto da cidade de Deming, no estado do Novo México.

Fontes: [Valor Econômico](#), 03/09/2021; [CNN](#), 03/09/2021; [Revista Fórum](#), 04/09/2021; [Folha de Pernambuco](#), 06/09/2021; [La Jornada](#), 17/09/2021; [BBC](#), 17/09/2021; [G1](#), 17/09/2021; [UOL](#), 17/09/2021; [DCM](#), 18/09/2021; [Poder 360](#), 18/09/2021.

México defende suspensão do embargo estadunidense a Cuba na ONU

Durante a 76ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, foi o responsável por discursar e representar o país na sessão. Além de expressar sua aprovação em relação às negociações entre o governo e a oposição venezuelana, que estão ocorrendo em solo mexicano, o pedido de suspensão do embargo estadunidense a Cuba chamou a atenção durante a Assembleia. Ebrard defendeu a resolução de conflitos por meio de mecanismos de coordenação regional e do multilateralismo. “Dada a grave crise econômica e de saúde global, é urgente acabar com o bloqueio econômico contra Cuba. Em vez de medidas unilaterais, devemos implementar medidas de solidariedade e apoio mútuo para impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento”, disse o chanceler mexicano. Não foi a primeira vez que o México se posicionou a favor de Cuba no mês de setembro. Durante um discurso no desfile militar anual de 16 de setembro, o presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador (AMLO) solicitou ao presidente dos EUA, Joe Biden, que suspendesse as sanções contra o país caribenho. AMLO garantiu que a posição mexicana não significa um conflito com os EUA. O que a mídia aponta é que a diplomacia mexicana tem buscado uma maior liderança e protagonismo regional, após AMLO, primeiramente, ter se concentrado em questões domésticas durante parte de seu mandato. Ainda no âmbito da Assembleia, Ebrard defendeu o acesso igualitário a medicamentos e vacinas e reiterou o compromisso mexicano em trabalhar pelo meio ambiente, e se encontrou com

o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, e outros chanceleres da América Central para discutir a crise migratória que tensiona a região.

Fontes: [El Sol de México](#), 16/09/2021; [El Economista](#), 16/09/2021; [El Sol de México](#), 23/09/2021; [Excelsior](#), 24/09/2021; [El País](#), 24/09/2021; [Agencia EFE](#), 24/09/2021; [El Sol de México](#), 24/09/2021.

Chile anuncia doação de vacinas e negocia acordos com Paraguai

Em 28 de setembro de 2021, em visita oficial ao Paraguai, o presidente do Chile Sebastián Piñera confirmou que seu governo fará uma nova doação de 100 mil doses de vacinas AstraZeneca contra a COVID-19. O presidente enfatizou a colaboração entre os dois governos não só no enfrentamento de catástrofes tradicionais, mas também da própria pandemia de COVID-19. Mario Abdo, presidente do Paraguai, agradeceu ao Chile por ser o primeiro a cooperar com seu país, já que no início da pandemia, Santiago já havia doado 20 mil doses para a imunização de cidadãos paraguaios. O anúncio foi feito após Piñera ser condecorado com o colar de Mérito Nacional Marechal Francisco Solano López. Em seu discurso, o presidente Abdo afirmou a importância do Chile como principal polo de exportação de carne do Paraguai, que o produto tem um grande impacto no comércio e que pretende desenvolver estas exportações da melhor forma. Durante a reunião bilateral, outros pontos foram debatidos pelos dois presidentes, dentre eles a assinatura do Acordo Econômico Complementar entre Paraguai e Chile, que visa à realização de um Acordo de Livre Comércio (TLC), o qual o Chile já assinou com os países-membros do MERCOSUL. Os investimentos na Rota Bioceânica e as possibilidades de assinatura de acordos sobre Zonas Francas também foram pautas de grande destaque nestas negociações. Esta rota tornaria o Paraguai um importante parceiro estratégico, unindo os portos do Oceano Pacífico e Atlântico. O Paraguai também anunciou que acompanhará o projeto de conectividade tecnológica liderado pelo Chile na construção de um cabo submarino de internet que ligará a Ásia e a Austrália à região.

Fontes: [ABC](#), 28/09/2021; [La Nación](#), 29/09/2021; [Ultima Hora](#), 29/09/2021.

Eleições primárias evidenciam crise política na Argentina

No dia 12 de setembro de 2021, foram realizadas eleições primárias abertas, simultâneas e obrigatórias (conhecidas como PASO) para cargos legislativos na Argentina. Nesse modelo, são eleitos os candidatos que vão disputar as eleições gerais, em novembro. Todos os partidos devem participar e cada eleitor pode votar apenas uma vez. De modo geral, as PASO de setembro significaram uma grande derrota para a Frente de Todos, coalizão que apoia o atual presidente Alberto Fernández, que alcançou cerca de 30% dos votos totais – contra 42% da aliança opositora, Juntos por el Cambio. O cenário se intensifica quando considerado que a Frente de Todos venceu em apenas 6 das 24 províncias do país, e foi derrotada em históricos redutos peronistas como a província de Buenos Aires. As PASO servem como um termômetro político e, em alguma medida, podem adiantar o resultado das eleições. A concretização dos apontamentos das PASO significaria a perda da maioria no legislativo nacional para a Frente de Todos. Além disso, as PASO escancararam a crise política do governo de Alberto Fernández, tanto em termos de aprovação popular quanto a descontentamentos internos à coalizão, especialmente dentre os setores mais ligados à vice-presidenta Cristina Kirchner. Em parte, a derrota se explicaria por questões econômicas, como o aprofundamento da pobreza, da inflação e a deterioração do poder de compra dos argentinos. Há pressões públicas, inclusive por parte da vice-presidenta, para que o governo dê uma guinada em sua política econômica e assuma maior déficit fiscal, algo que contraria profundamente as atuais linhas do Ministério da Economia, chefiado por Martín Guzmán, responsável pela renegociação da dívida com o FMI. Não foi apenas Guzmán alvo de críticas de Cristina Kirchner. A vice-presidenta publicou uma carta pública alguns dias após as PASO apresentando os principais pontos de discordância da administração de Fernández, porém ressaltando que romper seu apoio não é uma opção. Na esteira desses eventos, oito ministros kirchneristas colocaram seus cargos à disposição do presidente. Finalmente, no dia 20 de setembro, foram empossados cinco novos ministros, em uma espécie de relançamento do governo de Alberto Fernández. As principais mudanças estão no gabinete da presidência, em que Santiago Cafiero foi substituído pelo governador da província de Tucumán, Juan Manzur, e acabou sendo

realocado para o cargo de ministro das relações exteriores, no lugar de Felipe Solá.

Fontes: [El País](#), 13/09/2021; [La Nación](#), 12/09/2021; [Estado de Minas](#), 20/09/2021; [El País](#), 28/09/2021.

Greves desafiam o governo uruguaio

No dia 15 de setembro de 2021, a central única de trabalhadores do Uruguai (o PIT-CNT), liderou uma greve geral de 24 horas contra as políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo de Luis Lacalle Pou. Outros grupos também aderiram à greve, como o Sindicato Médico do Uruguai, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Transportes, a Federação Uruguaia de Professores e o Conselho Central da Associação de Bancários do Uruguai. As principais reivindicações foram melhorias nas políticas de saúde, trabalho, habitação, educação e combate à fome. Por meio da Lei de Urgente Consideração (LUC), aprovada pelo Senado em 2020, o governo propôs uma série de reformas que impactam essas políticas. O atual presidente do PIT-CNT, Fernando Pereira, afirmou que a greve é política e motivada pelas reformas impulsionadas pela LUC. A central sindical já havia realizado uma mobilização este ano para coletar assinaturas com o objetivo de realizar um referendo em dezembro para votar a revogação de 135 artigos da LUC. O presidente Lacalle Pou reconheceu a legitimidade da greve, mas destacou os efeitos da pandemia no país e as medidas que o governo adotou para combatê-los. Já o ministro do Trabalho, Pablo Mieres, criticou as paralisações, disse que elas não estão em sintonia com as preocupações dos trabalhadores e que não ajudarão a gerar mais postos de trabalho. Além dessa mobilização, o governo teve de lidar com outra paralisação. No dia 27 de setembro, o Sindicato dos Trabalhadores Portuários entrou em greve por 72 horas em oposição ao acordo de extensão da concessão de 50 anos realizado entre o governo e a companhia Katoen Natie, para que esta siga operando o terminal especializado de contêineres do Porto de Montevideu, e em função do impasse sobre a renovação do acordo de negociação coletiva dos trabalhadores com a empresa.

Fontes: [El Observador](#), 07/09/2021; [La Diaria](#), 13/09/2021; [El Observador](#), 14/09/2021; [El Observador](#), 15/09/2021; [El Observador](#), 27/09/2021.

Posição do presidente do Uruguai na CELAC repercute no Parlamento

No dia 18 de setembro de 2021, ocorreu a VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC, no México. O presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, fez um discurso de pouco mais de quatro minutos, no qual ele criticou abertamente os governos de Cuba, Nicarágua e Venezuela, classificando-os como ditaduras, e afirmou que nesses países não há respeito pelos direitos humanos. Os mandatários da Venezuela e de Cuba, respectivamente, Nicolás Maduro e Miguel Díaz-Canel, rebateram os comentários do presidente uruguaio. No Uruguai, houve reações divididas entre representantes no Parlamento em relação à postura de Lacalle Pou. Por um lado, membros da base governista – principalmente os integrantes do Cabildo Abierto, do Partido Colorado e do Partido Nacional, do qual o presidente do Uruguai faz parte – elogiaram sua participação na reunião. Por outro lado, a Mesa Política da Frente Ampla, órgão executivo do partido, fez duras críticas à posição de Lacalle Pou. Em nota, a Frente Ampla afirmou que o presidente do Uruguai teve uma atitude de total ingerência em assuntos domésticos de outros Estados, o que é contrário aos princípios de não intervenção e de autodeterminação, os quais constituem as bases históricas da diplomacia uruguaia.

Fontes: [El País](#), 19/09/2021; [La Diaria](#), 20/09/2021; [El Observador](#), 24/09/2021.

Novas rodadas de negociações entre governo e oposição da Venezuela ocorrem em meio a preparativos para eleições regionais em novembro

Nos dias 3 e 6 de setembro de 2021, ocorreram a segunda e a terceira rodada de negociações entre governo e oposição da Venezuela. Os encontros deste mês dão seguimento ao diálogo iniciado no dia 13 de agosto, na Cidade do México, com mediação do governo da Noruega, e resultaram no anúncio de dois acordos. O primeiro reafirma a soberania venezuelana sobre o território de Essequibo, região disputada com a Guiana, e o segundo trata da necessidade de priorizar medidas de proteção social aos venezuelanos e facilitar a entrada de ajuda humanitária no país. A terceira rodada de negociações, prevista para acontecer entre os dias 24 e 27 de setembro, se iniciou com dois dias de atraso. Segundo a comitiva do governo de Nicolás Maduro, o atraso ocorreu em decorrência das declarações feitas pela primeira-ministra norueguesa, Erna Solberg, sobre a deterioração da democracia na Venezuela durante seu discurso na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Além desse incidente, a terceira rodada foi

marcada por tensões envolvendo o empresário Alex Saab, ligado ao governo de Maduro e preso em Cabo Verde por denúncias de corrupção. Nesse cenário, as conversas terminaram sem grandes resultados. No comunicado final, mencionou-se o rechaço a atos de xenofobia ocorridos contra migrantes venezuelanos no Chile e o acordo sobre consultas a outros setores da política venezuelana sobre as negociações. Apesar das tensões, a continuação das conversas entre governo e oposição sinalizam a busca de uma solução negociada para a crise. Nesse sentido, a Plataforma Unitária, que reúne os quatro principais partidos de oposição, anunciou, em 31 de agosto, sua participação nas eleições regionais marcadas para o dia 21 de novembro. Os partidos concorrerão pela Mesa de Unidade Democrática (MUD), coligação que venceu as eleições legislativas da Venezuela em 2015. O anúncio demonstra o abandono da estratégia adotada até então de boicotar os processos eleitorais organizados desde 2017. Por fim, o mês de setembro terminou com o anúncio, no dia 29, que a União Europeia enviará uma missão de observação para as eleições de novembro, fato que não ocorre há 15 anos.

Fontes: [El País](#), 31/08/2021; [Nexo Jornal](#), 01/09/2021; [El Nacional](#), 06/09/2021; [Estadão](#), 07/09/2021; [El Nacional](#), 25/09/2021; [Efecto Cucuyo](#), 26/09/2021; [Efecto Cucuyo](#), 27/09/2021; [O Globo](#), 29/09/2021.

Bolívia responde a memorando dos EUA que a acusa de descumprir acordos internacionais sobre tráfico de drogas

No dia 15 de setembro, Joe Biden, presidente dos EUA, assinou um memorando para o secretário de Estado Antony Blinken com determinações sobre os principais países produtores de drogas ilícitas. Nele, consta uma lista de mais de 20 países que, de acordo com a avaliação estadunidense, não realizaram esforços suficientes nos últimos 12 meses para cumprir suas obrigações no combate aos narcóticos. A Bolívia está listada como um dos países que não apenas funciona como trânsito de narcóticos, mas como um dos principais produtores de ilícitos. O documento aponta que o país falhou “de maneira demonstrável” em cumprir seus compromissos internacionais. No documento, também há a incitação ao governo boliviano a tomar ações adicionais para resguardar os

mercados lícitos de coca frente ao crime organizado e reduzir o cultivo ilegal. Em nota, a chancelaria da Bolívia rechaçou o documento e afirmou que o memorando não valoriza os dados e a metodologia baseada em evidências de organismos que fazem análises mais apropriadas, como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), e que os EUA carecem de legitimidade e autoridade moral para este tipo de exigência. Afirmou, também, que a maior parte do crescimento da produção de folha de coca se deu durante o governo de fato de Jeanine Áñez. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores afirmou que se trata de manipulação de dados, enquanto Luis Arce, presidente boliviano, afirmou que o memorando é unilateral e sem legitimidade. O memorando foi divulgado poucas semanas depois do lançamento do relatório da UNODC que aponta o crescimento recorde dos cultivos ilegais de coca na Bolívia desde a aprovação da Lei Geral de Coca no país, em 2017. As relações bilaterais entre Bolívia e EUA são atravessadas por tensões ligadas ao modelo de combate ao tráfico de drogas, com um histórico de “descertificação”, por parte dos EUA com relação ao país sul-americano, ou seja, de descredenciá-lo como país que atua contra o tráfico de drogas e o crime organizado, o que tem consequências políticas e econômicas.

Fontes: [La Razón](#), 15/09/2021; [El Deber](#), 16/09/2021; [El Deber](#), 17/09/2021; [La Razón](#), 20/09/2021.

Peru restabelece relações diplomáticas com República Árabe Saaraui Democrática

Em 08 de setembro de 2021, a República do Peru emitiu um comunicado oficial anunciando o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Árabe Saaraui Democrática (RASD). Tais relações já haviam sido estabelecidas anteriormente, no ano de 1987, mas foram rompidas em 1996 durante o governo de Fernando Belaúnde. De acordo com o governo peruano, o ato diplomático foi embasado na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), de forma a respeitar o direito internacional e a autodeterminação dos povos. O anúncio gerou preocupações por parte do Congresso da República devido à possibilidade de provocar instabilidade nas relações com outros países, como Marrocos e Espanha. Diante do aconteci-

mento, o chanceler Óscar Maúrtua foi convidado a justificar a decisão do governo na Comissão de Relações Exteriores do Congresso, que ocorreu no dia 13 de setembro de 2021. Dentre suas declarações, o chanceler ressaltou que a decisão está de acordo com o parecer da Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU, do ano de 1975, o qual afirma que o território do Saara Ocidental categoriza um território não-autônomo. A partir disso, o governo peruano compreende que a independência da RASD, do ano de 1976, é legítima. Novas declarações de Maúrtua à comissão foram prestadas no dia 29 de setembro de 2021, reiterando a decisão da CIJ. Foi reafirmado que a Espanha não possuía soberania sobre o território do Saara Ocidental, não considerado “terra nullius” pelo órgão da ONU. Quanto à ocupação marroquina, o chanceler afirmou que a Corte também não reconhecia a soberania sobre o território saaraui. Desta forma, o governo peruano manteve sua posição diante do ato de restabelecimento de relações diplomáticas, reiterando o respeito à autodeterminação dos povos e ao direito internacional.

Fontes: [Governo do Peru](#), 08/09/2021; [Gestión](#), 09/09/2021; [El Comercio](#), 10/09/2021; [Governo do Peru](#), 13/09/2021; [Diario Correo](#), 22/09/2021; [Governo do Peru](#), 29/09/2021.

Pela primeira vez, duas militantes LGBTQIA+ de Honduras integram lista das 100 pessoas mais influentes da Revista TIME

No dia 14 de setembro de 2021, foi publicado pela Revista TIME que Indyra Mendoza e Claudia Spellmant, duas mulheres hondurenhas ativistas LGBTQIA+, estariam entrando na lista das 100 pessoas mais influentes de 2021. Em um texto escrito pela ativista e presidente do Instituto Robert Francis Kennedy Human Rights Advocacy Organization Kerry Kennedy, as duas mulheres foram enaltecidas pela incessante luta por justiça no caso do assassinato de Vicky Hernández, em 2009, durante o golpe de Estado que depôs o presidente Manuel Zelaya em junho daquele ano. Indyra Mendoza, diretora da Rede Cattrachas – uma organização não-governamental hondurenha voltada para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais – e

Claudia Spellmant, uma ativista trans, conquistaram um feito sem precedentes: fazer com que o Estado hondurenho fosse responsabilizado pelo assassinato de Vicky de acordo com a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Corte entendeu que Vicky foi a primeira de muitas vítimas do regime autoritário do presidente Roberto Micheletti, onde muitas pessoas trans foram violentadas por agentes estatais, em especial as profissionais do sexo, como o caso de Vicky. A perseguição e a violência permanecem até os dias de hoje. A decisão foi publicada no dia 28 de junho de 2021, e trouxe como medidas de reparação o prosseguimento das investigações do homicídio, a promoção de um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional, a criação de uma bolsa educacional para mulheres trans que levará o nome de Vicky Hernández, a preparação de um plano de capacitação para os corpos de segurança, a adoção de um procedimento para o reconhecimento da identidade de gênero nos documentos de identidade e nos registros públicos e, também, a adoção de protocolos para o monitoramento e investigação de casos de violência contra as pessoas LGBTQIA+. A ONG hondurenha celebrou a indicação de sua diretora e da ativista para a Revista TIME e postou uma nota referente à decisão da Corte Interamericana que diz acreditar que com esta sentença a Corte cria um “grande precedente para as pessoas trans em toda a América Latina, na medida em que aponta que a falta de reconhecimento da identidade de gênero é uma violação dos direitos humanos”.

Fontes: [Time](#), 14/09/2021; [La Prensa](#), 15/09/2021; [Agencia Presentes](#), 17/09/2021.

América Latina é a região mais perigosa para ativistas ambientais

No dia 13 de setembro de 2021, a Organização Global Witness divulgou seu relatório anual, referente ao ano de 2020, sobre os assassinatos de ativistas ambientais no mundo. Dentre os 10 países que figuram na lista de mais perigosos para os ativistas ambientais, estão Colômbia, México, Filipinas, Brasil, Honduras, Congo, Guatemala, Nicarágua, Peru e Índia. Chama atenção o fato de que todos os países estão no Sul Global e, exceto Filipinas, Congo e Índia, todos os outros são latinoamericanos, concentrando cerca de 70% dos casos de assassinato. O relatório aponta que 227 pessoas foram assassinadas por conta da sua

atividade de defesa da terra, do meio ambiente e de seus territórios. Em comparação com o relatório da mesma organização referente ao ano de 2019, mais pessoas foram mortas no ano de 2020, colocando-o como o ano mais letal desde o início do levantamento da Global Witness, em 2012. Também de acordo com o relatório de 2020, a maior parte das vítimas estava trabalhando contra o desmatamento e a expansão industrial e, entre as principais motivações para as mortes estão a exploração de madeira, os conflitos por água e construção de barragens, o agronegócio e a mineração. No Brasil e no Peru, a maioria dos ataques aos ativistas aconteceu na região da floresta Amazônica. Destaca-se também o fato de que o Brasil ocupa a quarta posição do ranking, com 20 mortes de ativistas do meio ambiente. Além disso, metade das mortes no Brasil são de indígenas e ribeirinhos, entre eles Zezico Guajajara, um dos líderes da Terra Indígena Araribóia, no estado do Maranhão, que foi morto em abril de 2020. Desde 2018, o relatório da Global Witness aponta para um crescimento das mortes de ativistas ambientais no mundo, apresentando mais que o dobro das mortes registradas em 2012. Um levantamento feito no Brasil pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), registrou que 11 pessoas foram assassinadas no Brasil até o mês de agosto de 2021 por causas relacionadas à defesa do meio ambiente.

Fontes: [G1](#), 12/09/2021; [CNN](#), 13/09/2021; [Estadão](#), 13/09/2021; [Brasil de Fato](#), 13/09/2021.

Índia anuncia vacina contra a COVID-19

Em 25 de setembro de 2021, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, anunciou durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) o desenvolvimento e a fabricação da primeira vacina contra a COVID-19 do mundo, cuja tecnologia é em DNA: a ZyCoV-D. Fruto da parceria da farmacêutica indiana Zydus Cadila com o Departamento de Biotecnologia do governo e o Conselho Indiano de Pesquisa Médica (ICMR), esta vacina, que não precisa de agulha, sendo aplicada por meio de um equipamento que despeja um jato do imunizante quando em contato com a pele. A ZyCoV-D é o único imunizante que tem o uso em crianças aprovado no país, podendo ser administrada em pessoas acima dos 12 anos de idade, desde que com três doses para máxima eficácia, que é de cerca de 66,6%. Seu uso emergencial na Índia foi aprovado pelo governo em 20 de agosto e a expectativa é que, ainda em 2021, já integre a campanha de vacinação contra a COVID-19,

sobretudo em crianças. Além da vacina de DNA, Modi também mencionou outras duas vacinas contra a COVID-19 que estão em fase de pesquisa: uma via nasal e outra de tecnologia mRNA, comumente conhecida como RNA mensageiro.

Fontes: [News 18](#), 20/08/2021; [Hindustan Times](#), 25/09/2021; [New Indian Express](#), 25/09/2021.

Índia e África do Sul reagem ao sistema de classificação de países sanitariamente seguros do Reino Unido

No dia 17 de setembro de 2021, o Reino Unido anunciou a atualização do seu sistema de classificação de países considerados locais de origem seguros, em termos sanitários, para viagens com destino ao Reino Unido. A não flexibilização das condições impostas aos cidadãos e residentes da Índia e da África do Sul foi motivo de imbróglia diplomática entre esses países e o Reino Unido, suscitando o protesto de múltiplos atores domésticos. A Índia ficou de fora do grupo de países nos quais residentes podem ingressar no território britânico sem a necessidade de quarentena. O Reino Unido levantou diversas dúvidas sobre o processo de certificação da vacinação indiana contra a COVID-19, por mais que a AstraZeneca Covidshield, principal vacina utilizada no território indiano, tenha sido incluída na lista de vacinas aceitas pelas autoridades sanitárias britânicas. Desse modo, mesmo totalmente vacinados, viajantes provenientes da Índia teriam que se submeter ao isolamento e testes obrigatórios no Reino Unido. Tal medida resultou em uma resposta negativa do Secretário de Relações Exteriores da Índia, Harsh V. Shringla, que em uma entrevista declarou que “o não reconhecimento da Covidshield é uma política discriminatória e tem impacto sobre os cidadãos que viajam para o Reino Unido”. O legislador Jairam Ramesh, bem como outros políticos, comentou que esta decisão seria um ato de racismo. Por sua vez, a África do Sul continuou na lista vermelha do governo britânico. A Ministra das Relações Exteriores sul-africana, Naledi Pandor, afirmou não haver fundamentação razoável para manter o país nessa categoria. O líder do partido opositor de esquerda, Julius Malema, criticou a posição britânica e disse que o Reino Unido deveria estar na lista vermelha do colonialismo. Já o líder da

Aliança Democrática, John Steenhuisen, oposição à direita, expressou preocupação em relação à decisão inglesa. A Associação de Serviços de Turismo da África Austral também condenou a decisão britânica, juntamente com a Ministra do Turismo, Lindiwe Sisulu, que se reuniu com o Alto-Comissário do Reino Unido na África do Sul. O Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, conversou com o Premiê britânico, Boris Jhonson, acerca da necessidade de modificar o status sul-africano na classificação. A expectativa é que o país seja retirado dessa lista em sua próxima revisão, em outubro de 2021, juntamente com outros países como Brasil, México e Indonésia.

Fontes: [The South African](#), 19/09/2021; [IOL](#), 21/09/2021; [CNBC](#), 22/09/2021; [Times of India](#), 23/09/2021; [Sowetan Live](#), 28/09/2021; [SABC News](#), 28/09/2021; [Economic Times](#), 01/10/2021; [The South African](#), 03/10/2021;

13ª Cúpula do BRICS reforça a importância do fortalecimento intrabloco

No dia 09 de setembro de 2021, ocorreu a abertura da 13ª Cúpula do BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em função da pandemia, o evento foi em formato virtual, com organização indiana. O tema central da reunião foi “BRICS 15: Cooperação Inter-Brics para Continuidade, Consolidação e Consenso” que deu margem à discussão de um leque de assuntos como reformas do sistema multilateral, contraterrorismo, metas de desenvolvimento sustentável, ferramentas digitais e tecnológicas, promoção do intercâmbio de pessoas, fomento ao desenvolvimento no seio do próprio BRICS e pandemia do novo Coronavírus. O Conselho Empresarial do BRICS, por meio de 59 recomendações apresentadas, discorreu sobre o fortalecimento da cooperação econômica a fim de alcançar a reconstrução da economia mundial pós-pandemia. A instituição argumentou que é necessária uma maior cooperação multilateral e que o comércio será a resposta central para o fortalecimento do BRICS. Também ressaltaram a importância do desenvolvimento sustentável e da aceleração para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030. O grupo também apresentou suas preocupações com

as desigualdades globais principalmente entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, além do regresso no objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade social. O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, destacou algumas parcerias bem sucedidas com os membros do bloco. Salientou o avanço do comércio e da cooperação com a Índia, em destaque para as áreas de ciência, tecnologia, energia e saúde, principalmente no combate à pandemia. Destacou a relação de extrema importância com a China no que diz respeito ao acesso a vacinas e insumos disponibilizados para o povo brasileiro na prevenção contra a COVID-19. Também comentou sobre a cooperação com a África do Sul, existente há mais de uma década, com o objetivo de aprimorar a coordenação e o fortalecimento do BRICS.

Fontes: [Business Standard](#), 06/09/2021; [O Globo](#), 08/09/2021; [Portal da indústria](#), 09/09/2021; [CNN Brasil](#), 09/09/2021; [UOL](#), 09/09/2021; [Global Times](#), 10/09/2021; [Brasil 247](#), 10/09/2021.

A vida das mulheres e meninas que permaneceram no Afeganistão após a retirada das tropas estadunidenses

No dia 22 de setembro de 2021, foi divulgado que, no Afeganistão, os partos normais têm sido realizados sem luz e com temperatura ambiente de 43° C. O país já era um dos Estados com uma das piores taxas de mortalidade materna e infantil do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mas com o novo regime dos talibãs, a expectativa é de que essas taxas piores. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), sem apoio imediato às mulheres e meninas, a expectativa é de 51 mil óbitos maternos adicionais e 4,8 milhões de gestações indesejadas. Até 2025, o número de pessoas sem acesso às clínicas de planejamento familiar também pode dobrar e há preocupação com a retomada de casamentos infantis. No dia 10 de setembro, o Ministério de Assuntos de Mulheres foi substituído pelo Ministério de Propagação da Virtude e da Prevenção do Vício. No dia 19 de setembro, as mulheres foram substituídas por homens em seus postos de trabalho, após instruções do governo de ficarem em casa. Alunas do ensino fundamental e médio também foram instruídas a não retornar à escola. No campo social, os talibãs impuseram novos

códigos de vestimenta, mas encontram resistência por parte de várias mulheres que iniciaram campanhas através das redes sociais com a utilização das hashtags #DoNotTouchMyClothes (não toque nas minhas roupas) e #AfghanistanCulture (cultura do Afeganistão), compartilhando fotos de seus vestidos tradicionais coloridos e revelando preocupação com a identidade e soberania do Afeganistão.

Fontes: [BBC](#), 14/09/2021; [La Noticia](#), 19/09/2021; [BBC](#), 22/09/2021.

Saúde mental de meninas e mulheres foi mais afetada durante a pandemia

Em 14 de setembro de 2021, pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que 29,6% das meninas entre 13 e 17 anos declararam sentir que a vida não vale a pena ser vivida, enquanto 13% dos meninos responderam o mesmo. Esse dado, que integra a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), mostra que as preocupações sobre a vida, a saúde e o futuro afetam meninas e meninos de modo diferente. A pesquisa revelou que condições de estresse, irritabilidade, tristeza e vulnerabilidade afetam as meninas de maneira mais significativa. Além disso, o Instituto revelou que, durante a pandemia, os jovens ficaram mais expostos à violência no âmbito doméstico. Este, porém, não é um problema restrito à juventude. No dia 19 de setembro, foi noticiado que a saúde mental das mulheres também está entre as mais afetadas na pandemia. O levantamento, feito pela Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos (Abrata), ainda mostrou que, embora as pesquisas por temas relacionados à saúde mental, como ansiedade e depressão, tenham crescido significativamente no último ano, esse movimento não foi acompanhado por políticas públicas de acompanhamento e enfrentamento de transtornos psicológicos e/ou psiquiátricos.

Fontes: [Agência IBGE](#), 14/09/2021; [Folha](#), 19/09/2021; [Veja](#), 28/09/2021.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

